

Plataforma para a Construção do Novo Marco Regulatório para as OSCs
Comitê Facilitador
Reunião com a Secretaria Geral da Presidência

Data: 31.05.2011

Local: SGPR – Palácio do Planalto – Brasília DF

Início: 15:30 - Término: 17:00

Participantes:

Sociedade Civil:

Nome	Entidade
1. Dom Dimas Lara Barbosa	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
2. Joceli Jaison José Andrioli	Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB*
3. José Batista de Oliveira	Movimento dos Sem Terra – MST*
4. Silvio Rocha Sant’Ana	Fundação Grupo Esquel Brasil*
5. Ivo Lesbaupin	Associação Brasileira de ONGs – ABONG*
6. Fernando Rossetti Ferreira	Grupo de Instituto, Fundações e Empresas – GIFE
7. Daniel Turibio Rech	União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFs/Pastorais Sociais *
8. José Manoel Pires Alves	Confederação Brasileira de Fundações – CEBRAF*
9. Ademar de Andrade Bertucci	Cáritas Brasileira
10. Aldiza Soares da Silva	Fundação Grupo Esquel Brasil *
11. Jorge Luiz Numa Abrahão	Instituto Ethos

A maior parte deste grupo (os marcados com *) se reuniu pela manhã na sede da Fundação Esquel para alinhar nossas demandas e preparar nossas intervenções. Os que não puderam estar presentes foram informados durante o horário de almoço. A participação de Aldiza deveu-se a necessidade de se ter uma pessoa dedicada exclusivamente para secretariar a reunião do lado do Comitê Facilitador da Plataforma.

Governo

Nome	Função
1. Gilberto Carvalho	Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
2. Pedro Pontual	Diretor de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social
3. Maria Victória Hernandez	Chefe de Gabinete da Secretaria Geral da Presidência da República
4. Vanessa Abritta	Assessora
5. Salete Valesan Gambá	Assessora Especial da Secretaria de Direitos Humanos

O Ministro Gilberto Carvalho fez a abertura reafirmando o comprometimento do governo com a Plataforma para a Construção do Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil.

Destacou que nessa semana será lançado o Programa de Governo para o Combate a Miséria salientando que esse programa só funcionará se houver o envolvimento da sociedade civil e com isso reforça a importância de se avançar nas questões que visam o seu fortalecimento.



Nessa perspectiva informou que o Governo Federal, juntamente com BNDES, Petrobras e Fundação Banco do Brasil, estão trabalhando na criação de um fundo que visa dar condições para as entidades sobreviverem e se fortalecerem.

Por outro lado, informou ainda que o governo, através de todo o processo de escuta e contato com as organizações, tomou consciência de alguns problemas que as organizações estão enfrentando. Ex: Os problemas apresentados pela Pastoral da Criança para liberação de parcelas de convênio e exigências do SICONV.

Na sequência passou a palavra para Maria Victória para que ela pudesse apresentar os últimos avanços.

Maria Victória explanou a respeito de o governo ter realizado um processo de escuta com todos os segmentos das organizações da sociedade civil para se apropriarem dos atuais problemas enfrentados pelas organizações e ao mesmo tempo ter o mínimo diagnóstico de toda a situação.

Neste momento estão levando à frente o processo de sensibilização interna do governo para identificar pessoas que possuem sensibilidade com o assunto para, posteriormente, formarem um GT interno para, inicialmente, fazer um nivelamento dos problemas identificados e do próprio diagnóstico da situação. Fez destaque do processo de construção do PPA/2011 que considera extremamente positiva.

Salientou que a comissão responsável pela regulação para as OSCs deve ter um diálogo aberto e franco entre seus membros para que consiga ter bons avanços.

Pedro Pontual tomou a palavra e afirmou que considera importante realizar uma discussão para o nivelamento das diretrizes que norteiam a relação do governo com a sociedade civil.



Passou a palavra para as organizações.

Conforme deliberado na reunião preparatória o representante do MAB, em nome do Comitê Facilitador da Plataforma, apresentou a indignação de todas as organizações em relação aos últimos fatos: Aprovação do Código Florestal e, ao mesmo tempo, o assassinato de quatro militantes do Movimento Social e em nome da Plataforma cobra do governo atitudes mais firmes em relação a estes problemas.

Conforme definido na reunião preparatória a FGEB, apresentou as dificuldades enfrentadas pelas OSCs brasileiras em atuar, afirmando a existência cada vez maior de um clima hostil e de desconfiança de alguns escalões do governo em relação às organizações.

Continuou afirmando que hoje foi apresentado, pelo próprio Ministro, que o governo chama a sociedade brasileira para atuar junto ao Programa de Governo de Combate a Miséria, mas, por outro lado, as organizações se sentem completamente abandonadas. Como exemplo, citou a Carta ao Congresso que cita vários segmentos da sociedade, mas não faz nenhuma menção às OSCs.

Ainda em nome da Plataforma, a FGEB enfatizou que, para se trabalhar a questão da regulação, é preciso ter:

1. Política de Fomento para as OSCs;
2. Melhorar e mudar o entendimento nos vários níveis do governo sobre a legislação existente;
3. Diretrizes para melhorar a atuação da sociedade civil brasileira nas questões democráticas;
4. Ambiente menos hostil para as OSCs.

A CNBB, na pessoa de Dom Dimas destacou que acompanha a luta das organizações, principalmente as filantrópicas, há pelo menos quatro anos e observa que elas são vistas, principalmente pela Receita Federal do Brasil, como “pilantrópicas”. Comentou ainda que no primeiro escalão do Governo o diálogo é tranquilo e se consegue chegar a um entendimento, mas quando se fala com o segundo e terceiro escalões, o entendimento e a mentalidade dos gestores é, com frequência, estatizante e/ou anticlerical. Essa mentalidade está presente também em outros níveis da Federação, e não apenas no Governo Federal. Uma Organização não poderia ser excluída do seu direito à cidadania pelo simples fato de ser confessional. Falou, ainda, das dificuldades encontradas na aplicação do SICONV em áreas em que predomina a economia informal.

Jorge, do Instituto Ethos, salientou que existe uma ambiente de confiança da parte do Governo em relação à nossa Plataforma e manifesta que do lado da sociedade civil existe também uma confiança principalmente levando em consideração a história do atual governo especialmente na figura do Ministro Gilberto Carvalho.

O representante da Cáritas solicitou a palavra para tecer comentários sobre o SICONV, afirmando que boa parte das organizações do país funciona na informalidade e não têm como acessar recursos públicos porque onde atuam não têm como comprovar gastos.

Gilberto Carvalho observou que os fatos relatados só reforçam a importância da atuação das organizações para o país e demonstra a necessidade do governo proporcionar o fortalecimento das mesmas.

Em relação aos últimos acontecimentos observados no Brasil destacou que o governo só tem uma parte do poder em suas mãos e a sociedade brasileira precisa participar ativamente, inclusive, quando for o caso, apoiando o governo em decisões sobre questões conflitivas.

Em relação ao código florestal esclarece que o posicionamento do governo é claro, e contra o relatório apresentado. Para que houvesse a aprovação a Presidenta fez algumas concessões especialmente em relação às pequenas propriedades, mas não aceitou a anistia. Na hora da votação os acordos foram descumpridos e nada foi respeitado. O governo está na batalha para alterar o

relatório no Senado Federal, se não conseguirem, inevitavelmente, a Presidenta irá vetar a alteração do Código Florestal.

A respeito da regulação Gilberto acredita que é possível avançar bastante na área infra-legal sem mudar leis. Esclareceu que a cultura atual dos gestores públicos foi formada pelo medo em responder a processos administrativos sem apoio posterior por parte do governo. Observou que a necessidade de mudança da regulação atual, pois é sentida por ambos os lados, sociedade civil e governo.

Dom Dimas salientou que não se pode ficar somente na área infra-legal, tem que se usar o trabalho “de formiguinha” de cada organização para fazer força no Congresso para alterar as leis que se considerarem importantes e necessárias, citando como exemplo exitoso a Articulação para aprovação do Ficha Limpa.

A FGEB salientou a importância de:

1. Nos próximos seis meses ter algum indicativo da Política de Fomento para as Organizações
2. Definir quais os grupos que devem começar imediatamente sabendo que a questão tributária para as organizações é estruturante.

Gilberto Carvalho identificou a existência de três frentes de trabalho;

1. Conjunto Legal – definir o que é estratégico e o que é estruturante
2. Criação do Fundo para a sustentabilidade das Organizações
3. Processo de sensibilização dos órgãos financiadores

Solicitou ainda, da parte do Comitê Facilitador da Plataforma, uma lista contendo o que pode ser alterado de imediato.

Maria Victória informou que a comissão será institucionalizada através de Portaria e, para tanto, precisa dos nomes dos representantes das organizações que a comporão.

O comitê facilitador destacou que os representantes das organizações não devem passar de 10 pessoas e acrescentou a ideia de se constituir um comitê facilitador ampliado para atender as demandas de outras organizações que estão solicitando compor o comitê facilitador da Plataforma. Esclareceu também que haverá um processo de articulação com as organizações de base e, para tanto, serão articulados comitês facilitadores da Plataforma nas diferentes regiões do país.

Foi sugerido que a composição da Comissão seja, como consta na proposta entregue pelo Comitê Facilitador, de dez representantes de entidades/associações/redes/movimentos sociais da sociedade civil – aquelas que estavam ali na reunião. E que as demais que quisessem participar entrassem nos Grupos de Trabalho, através dos quais vai funcionar a Comissão (GT legislação, GT questão tributária, etc.). Sugeriu-se também que houvesse uma “Comissão Ampliada”, que incluiria os dez membros e dois representantes de cada GT. Além disso, sugeriu-se implementar a proposta feita pelo Fórum Consultivo da Região Norte, de constituir Comitês Facilitadores Regionais, que fossem uma “ponte” entre as OSCs da região e a Comissão nacional.

Gilberto coloca sua preocupação com a representação das outras Igrejas, especialmente as evangélicas para se ter um ambiente mais pacificado. No Congresso estes grupos possuem uma bancada bastante representativa. Foi sugerido fazer contato com o CONIC para verificar a possibilidade de serem incorporados no comitê facilitador.

Maria Victória solicitou um prazo de 3 semanas para que o governo possa fazer as consultas internas e elaborar a proposta de governo para o funcionamento da comissão. Sugeriu também que neste período mantivessemos diálogo direto.

A reunião se encerrou com os agradecimentos de praxe, e alguns participantes da reunião continuaram vários diálogos paralelos com Gilberto Carvalho, Maria Victoria e Vanessa. A seguir um resumo desse diálogo em relação aos interesses diretos da Plataforma:

a) Em relação aos Estudos sobre as OSCs e Doações:

Combinou-se com a Sra. Vanessa de enviar uma lista de variáveis que deverão ser obtidas junto à Receita Federal e, posteriormente, organizar um diálogo com a Coordenação do Projeto Marco Regulatório. Tanto Maria Victoria quanto a Vanessa acreditam que a negociação sobre a obtenção dos dados da SRF deve ser conduzida via Ministério da Fazenda.

Após a saída dos representantes do Governo o Grupo permaneceu na sala e fez uma pequena avaliação da reunião e todos consideram que foi muito proveitosa e positiva.

Como encaminhamento decidiu-se submeter aos signatários da Plataforma as seguintes questões:

- a) Submeter aos Signatários da Plataforma a decisão de ampliar o Comitê Facilitador com a presença do Instituto Ethos e da CNBB, sugerindo ainda uma sondagem junto as Igrejas Evangélicas sobre a presença de algum representante deste segmento.
- b) Ter uma conversa com a CNBB para definir sobre sua participação na Comissão. Sugeriu-se que, para contemplar a necessidade, apresentada pelo Gilberto Carvalho, da presença dos Evangélicos na Comissão, fosse debatido esse tópico.
- c) Marcar reunião com o CONIC para verificar a possibilidade de se fazer presente na Comissão e solicitar a indicação do representante.
- d) Criar mecanismo de consulta e diálogo entre as OSCs por meio de eventos regionais (locais) e instalar uma instância denominada “Comitê Facilitador Ampliado”. Este Comitê seria composto por representantes de “comitês facilitadores regionais” (já existe o da Região Norte e nos próximos dias deve acontecer o do Nordeste e, ao longo de junho / julho, das outras regiões) e de representantes dos GTs que serão criados pela Comissão da SGPR.
- e) Ampliar a convocatória de redes e entidades singulares para que se façam cada vez mais presentes em todo o processo de diálogo e construção de propostas.
- f) Solicitar que o Governo Federal assumira uma Campanha de mobilização em prol das OCSs demonstrando o que fazem e quais os impactos.
- g) Utilizar a capacitação do SICONV como instrumento de mobilização e discussão política com as OSCs.
- h) Marcar reunião com os assessores de comunicação das organizações que compõem o Comitê Facilitador da Plataforma e Comitê Gestor do Projeto Marco Regulatório, para pensar a campanha de comunicação. Poder-se-ia reunir com a Art Plan. Instituto Ethos colocou a disposição sua assessoria de comunicação.
- i) Enviar a versão final da proposta de funcionamento da comissão elaborada pelo Comitê Facilitador com a revisão dos Signatários da Plataforma para Maria Victoria, Vanessa e Saete
- j) Enviar a Plataforma com as novas adesões para todos, bem como, a proposta de funcionamento da comissão.
- k) Solicitar as fotos tiradas durante a reunião.